

→ **Sábado**

TERESINA ANO XX
20 06 2015 Nº 8366

meionorte.com

FECHAMENTO
21h30
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR
Compra Venda
Comercial 3.100 3.102
Turismo 3.090 3.270

VALORES
Poupança 0,68%
INSS 20%
IR 15%

EURO
Compra Venda
3.514 3.516

TEMPO
Nascente 5h58
Poente 17h48
Máxima 32°
Mínima 24°



meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL



→ Levantamento

82 municípios do Piauí descumprem a LRF

➤ O índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), divulgado pelo Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), revela que 796 cidades brasileiras descumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, 2000), que determina o teto de 60% para as despesas com o funcionalismo público, sendo que no Piauí 82 dos 224 municípios desrespeitam a LRF, correspondente a 36,60.

Segundo o estudo da FIRJAN, os piores índices estão no Nordeste, que possui 563 municípios nesta situação. Isso significa que 33,7% das prefeituras da região comprometem mais de 60% da receita corrente líquida com a folha de pagamento. Os estados da região com a maior proporção de prefeituras com este resultado são Alagoas (66%), Sergipe (62,7%), Paraíba (56,2%) e Pernambuco (41,3%).

O estudo da FIRJAN - que avalia outros indicadores de destino de recursos, além de origem de recursos e disponibilidade de caixa para cobrir as obrigações de curto prazo - aponta ainda que 4.417 prefeituras apresentam situação fiscal difícil ou crítica, apenas 808 possuem boa gestão e 18 têm gestão de excelência. O resultado negativo deve-se ao crescimento dos gastos com pessoal bem acima das receitas, que consumiram parcela significativa dos orçamentos municipais e deixaram pouco espaço para os investimentos. A queda dos investimentos foi generalizada: 3.559 (67,9%) prefeituras investiram menos do que em 2012.

O estudo é composto por cinco indicadores: Receita Própria, que mede a depen-

dência dos municípios em relação às transferências dos estados e da União; Gastos com Pessoal, que mostra quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, em relação ao total da receita corrente líquida; Investimentos, que acompanha o total de investimentos em relação à receita corrente líquida; Liquidez, que verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, medindo a liquidez da prefeitura como proporção das receitas correntes líquidas; e Custo da Dívida, correspondente às despesas de juros e amortizações em relação ao total das receitas líquidas reais. O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto maior a pontuação, melhor a situação fiscal do município. Cada um deles é classificado com conceitos A (Gestão de Excelência, com resultados superiores a 0,8 ponto), B (Boa Gestão, entre 0,6 e 0,8 ponto), C (Gestão em Dificuldade, entre 0,4 e 0,6 ponto) ou D (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 ponto).

O índice Piauí está na situação fiscal difícil com apenas 1,4% dos municípios com o conceito A (0,8 pontos); 18,8% dos municípios piauienses estão com o conceito B (entre 0,4 a 0,5 pontos); 53,6% estão com o conceito C (entre 0,4 a 0,6 pontos); e 26,1% com o conceito D, que é inferior a 0,4 pontos.

A capital Teresina está entre os municípios com o conceito C, 0,5717 pontos. Teresina ocupa o 18º lugar entre as capitais do país e 967º lugar entre as cidades brasileiras. Em 2012, Teresina estava no 21º lugar entre as capitais do Brasil. (E.R.)

Segunda-feira

Teresina, 22 de junho de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 8121-9514
Não esqueça de se identificar.

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Milionários

Em Pedro II, no começo de junho, a prefeitura pagou nada menos que R\$ 1,065 milhão aos cantores Ana Carolina, Frejat e Jorge Benjor, que cantaram no Festival de Inverno. Todos são talentosos, mas nenhum deles têm a grandeza de Caetano e o Festival de Inverno de Pedro II não chega aos pés da Virada Cultural de São Paulo.

Foto: Divulgação



Tribunal

O TCE/PI fez apuração e constatou que houve irregularidade por parte da prefeitura. Os contratos foram firmados sem licitação. Há suspeita de que foram direcionados. Foram pagos R\$ 374,2 mil a Ana Carolina; R\$ 340,6 mil a Frejat; e R\$ 350,6 mil a Jorge Benjor. O Tribunal decidiu não suspender o evento para não causar alama social.

Especialidade

A prefeita Neuma Café (*foto*) se defende. Ela afirma que a maior parte dos valores foram pagos para o sistema de som e que não houve licitação porque o serviço era de notória especialidade. Feitas as justificativas, a investigação do TCE/PI prossegue.

Foto: Divulgação



E quanto é?!

O relator do processo de Pedro II é o conselheiro Olavo Rebelo (*foto*). Ele agora quer saber quanto custa shows dos artistas em questão (Ana Carolina, Frejat e Benjor) em outras praças. Ficará abismado em saber quanto custam os cachês pagos na Virada de São Paulo.

Mudança

No caso de Pedro II, a denúncia foi formulada pela empresa LF Gomes Martins (Nota Musical), estabelecida em Teresina, alegando que a prefeitura não fez licitação para locar equipamentos de sonorização, iluminação, palco, geradores, dentre outros. Os representantes da empresa dizem que ano passado houve licitação e que a mencionada foi ganhadora do procedimento. Para a Nota Musical não há dúvida de que houve fraude.



Contas Públicas - 21/06/2015 às 13h08

Potycabana - TCE analisa pedido de suspensão de repasses à APROJUV

Denúncia também pede afastamento do presidente da associação para não dificultar auditoria

Curtir 65 Tweet 1 +1 0 Compartilhar



Quando da sua luta de convencimento para assumir a vaga do então conselheiro Xavier Neto no Tribunal de Contas do Piauí (TCE), a postulante ao cargo, Lilian Martins, esposa do então governador Wilson Martins (PSB), prometia aos sete ventos que não iria julgar as contas do governo capitaneado por seu marido.

Já na sua posse, mais uma vez ratificou essa posição. "Existe o Instituto da suspeição e o Instituto do impedimento. Não só aqui, mas em qualquer lugar. Se você achar que é parcial poderá abrir mão do julgamento de determinadas causas", garantiu.

Essa é a realidade dos Tribunais de Contas em todo o País com essas suas indicações políticas.

CASO APROJUV, CRIADA E ALIMENTADA NO GOVERNO WILSÃO, ESTÁ COM LILIAN MARTINS

Passado o governo e ainda fincado seus resquícios, chegou às mãos da conselheira Lilian Martins uma denúncia formulada no Tribunal de Contas do Estado contra a Associação de Promoção da Juventude (APROJUV), aquela suspeita associação que

administra o Parque Potycabana.

Robusta, a denúncia pede o afastamento do presidente no papel, Francisco Mota, o 'Xikão', sob o argumento de "que sua permanência poderá retardar ou dificultar realização de auditoria", e ainda, "a suspensão dos pagamentos" da Secretaria de Educação para a APROJUV.

Criada de forma relâmpago, em 2013, no governo Wilson Martins, sem qualquer histórico de serviço prestado, a APROJUV já abrigou pessoas ligadas ao deputado Rodrigo Martins, sobrinho da conselheira - embora ele negue -, abriga familiares de um "amigo" de Rodrigo Martins, bastante próximo a Wilson Martins, o Plínio Dumont (na fotomontagem ao lado de Lilian Martins), quem manda, e tem sido alvo de uma série de denúncias feitas pelo 180.

Na denúncia apresentada ao TCE por um advogado, além de um rol de informações seríssimas, é explicitado que Plínio Dumont, quando à frente da Coordenadoria da Juventude (CONJUV), tinha como incumbência fiscalizar o contrato de gestão entre a APROJUV e a SEDUC, mas ao contrário, segundo a peça, era leniente com o que lá acontecia, fechando os olhos para muitos atos. E mais: lotou a associação de familiares e até com a namorada.

O QUE DIZ O DESPACHO

A princípio, Lilian Martins, esposa de Wilson Martins, tia de Rodrigo Martins e ex-correligionária de Plínio Dumont, dos tempos de PSB, a princípio não mandou suspender os repasses à associação, e primeiramente mandou citar a APROJUV e a SEDUC.

"Reservo-me *ad cautela* para apreciar o pleito liminar do denunciante após a manifestação da SEDUC e demais denunciados", assim se posicionou a conselheira do TCE responsável pela análise das contas da Secretaria de Educação, e que nesse caso, portanto, é a relatora.

Na época, o então secretário de Educação, responsável pela assinatura do contrato de gestão com a APROJUV foi Átila Lira, filiado ao PSB, partido de Wilson Martins, e com quem hoje anda às turras.

Aqueles a quem a conselheira mandou citar tem o prazo 10 dias, "contados da juntada da AR", para se manifestar.

O terceiro citado é Deolindo Moura Neto, atual gestor da Coordenadoria da Juventude.

POLÍCIA FEDERAL

O 180 analisa um rol de documentos que lhe chegaram, para posterior divulgação, aguarda as próximas ações da conselheira, e informa que há quem deva levar o caso à Polícia Federal, para saber se tal questão é de sua alçada.

A APROJUV também tem vínculo com a Prefeitura de Teresina, era responsável pelos CEU's e pelo projeto Lagoas do Norte, abastecido com dinheiro do Banco Mundial.

O 180 também foi informado de que vários documentos que comprovariam a culpabilidade dos administradores da APROJUV não existe mais, foram destruídos ou ganharam outros rumos diferentes da sede da associação, que estaria estabelecida no escritório de advocacia de Plínio Dumont. Tudo isso precisa ser apurado.

TIMON

Todas as empresas de Timon, que tem ligação com a APROJUV, também precisam ser investigadas.

No seio da APROJUV há o pensamento de que reinará a impunidade, embora a preocupação já bata à porta.

É preciso se fazer uma verdadeira devassa nas contas da APROJUV desde o seu surgimento, há pouco mais de 2 anos. Será assustador.

Mas por enquanto os holofotes estarão voltados para os atos da conselheira Lilian Martins.

Em seu discurso de posse, a conselheira também disse ter “pouco medo das injustiças que possam atingir minha imagem, mas tenho muito medo que essas injustiças possam abraçar as causas que quero abraçar”.

Espera-se que o zelo para com a administração pública seja uma delas, até pelo dever do cargo que hoje ocupa, independente das ligações políticas, pessoais e antigas ligações partidárias, visto que esqueceu sua promessa de posse e resolveu atuar neste caso - que embora não se trate de uma prestação de contas propriamente dita, trata-se de algo que foi gestado no governo do seu marido.

“RODRIGO MARTINS: EU SOU AMIGO DO PLÍNIO DUMONT”.

Há algumas semanas, o 180 esteve em Brasília, no gabinete de Rodrigo Martins. Lá ele concedeu a seguinte entrevista:



Rodrigo Martins, no dia em que concedeu entrevista ao 180 em Brasília: 'se tiver culpabilidade tem que se pagar o que for determinado pela Justiça'

180: E a sua ligação com eles [da APROJUV]? Porque existia uma ligação inicial com a APROJUV...

Rodrigo Martins: Deixa eu lhe dizer. Só para deixar bem claro. Eu sou amigo do Plínio Dumont.

180: Isso eu sei.

Rodrigo Martins: Acho que você deve ter tido acesso à toda documentação...

180: Mas o senhor tinha alguém indicado lá, politicamente?

Rodrigo Martins: Eu não tenho ligação nenhuma com a APROJUV, eu não participei da fundação. E sou muito transparente nos meus atos e nas minhas coisas. Eu sempre disse: 'meu CPF é esse, cada qual tem seu CPF'. Se alguém errou que seja avaliado, investigado e se tiver culpado que pague pelos seus erros. Eu não tenho nenhuma interferência na APROJUV.

180: Nunca teve?

Rodrigo Martins: Não.

180: Desde o início?

Rodrigo Martins: Não. Nunca tive nada com a APROJUV. Sou amigo pessoal do Plínio. Conviveu dentro do partido, na Juventude [do PSB]. Foi ligado a nós. Estudou na mesma escola que eu, mas não tem nenhuma...

180: O senhor estudou onde, deputado?

Rodrigo Martins: Eu estudei parte da minha vida no Colégio das Irmãs e a outra parte na escola Dom Bosco.

180: Ele tem lhe procurado, lhe procurou durante esse tempo [após as denúncias]?

Rodrigo Martins: Para tratar desse ponto específico, não.

180: Mas então o senhor não tem mais relação com ele?

Rodrigo Martins: Relação de amizade. Eu tenho relação de amizade.

180: Mas já chegaram a tratar alguma vez sobre esse assunto, a APROJUV?

Rodrigo Martins: Não, eu nunca tratei. A única conversa que eu tive informal com ele, foi a respeito de umas matérias que estavam sendo veiculadas [pelo 180] e eu questioneei ele: 'Rapaz, o que é aquilo ali, tal?'. Mas nada aprofundado.

180: O senhor achou grave o que foi divulgado?

Rodrigo Martins: Olha, tem que ser avaliado tudo aquilo ali. Se for comprovado algum tipo de ilicitude tem que ser julgado independente de ser A, B ou C, e se tiver culpabilidade tem que se pagar o que for determinado pela Justiça.

Repórter: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha



Falhas na prestação de contas - 22/06/2015 às 07h13

TCE multa ex-prefeito Ferreirinha de Cajazeiras do Piauí e dois ex-gestores

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar

Treinar, ao invés de reclamar
POR HELDER EUGÊNIO



O ex-prefeito de Cajazeiras do Piauí, Deocleciano Ferreira Torres, o Ferreirinha, foi multado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).



Segundo decisão do Conselheiro Alisson Araújo no processo (TC-E-012996/12), o ex-gestor teve as contas de gestão consideradas regulares, mas com ressalvas que culminaram em multa.

Outros dois ex-gestores do município também terão que pagar multa por falhas em suas prestações de contas referentes ao FUNDEB e ao FMS.

VEJA
ELIANE FERREIRA NUNES DE

OLIVEIRA - FUNDEB

Julgamento: Regularidade com ressalvas e aplicação de multa.

MACIEL MOURA DE ARAÚJO - FMS

Julgamento: Regularidade com ressalvas e aplicação de multa.

Os advogados Adauto Fortes e Vítor Tabatinga fizeram a defesa dos ex-gestores.